

# SUMÁRIO

Prefácio .....	21
Apresentação .....	23

## Capítulo I

### Disposições gerais (arts. 1º a 5º)

Marcello Ovidio Lopes Guimarães, 27

1. Conceito de meio ambiente .....	29
2. Tutela penal do meio ambiente .....	31
2.1 Fundamento Constitucional .....	31
2.2 Bem Jurídico Tutelado .....	34
3. Artigo 1º (vetado) .....	35
4. Artigo 2º (participação comissiva e omissiva nos crimes) .....	37
5. Artigo 3º (responsabilidade da pessoa jurídica) e seu parágrafo único (responsabilidade da pessoa física) .....	40
6. Artigo 4º (desconsideração da pessoa jurídica) .....	46
7. Artigo 5º (vetado) .....	47
Bibliografia .....	48

## Capítulo II

### Da aplicação da pena – 1ª parte

#### Da aplicação da pena às pessoas físicas (arts. 6º a 20)

Ulisses Augusto Pascolatti Júnior, 49

1. Introdução .....	51
2. Notas sobre o sistema de aplicação da pena .....	51
3. Circunstâncias judiciais especiais .....	52
4. Penas restritivas de direito .....	53
5. Requisitos para a substituição .....	54
6. Espécie de restritivas de direito .....	55
7. Prestação de serviços à comunidade .....	56

8. Interdição temporária de direitos.....	59
9. Suspensão parcial ou total de atividades .....	61
10. Prestação pecuniária.....	61
11. Recolhimento domiciliar .....	63
12. Circunstâncias atenuantes específicas .....	64
13. Circunstâncias agravantes específicas.....	67
14. Suspensão condicional da pena.....	79
15. Espécies de <i>sursis</i> .....	80
16. Pena de multa .....	82
17. Perícia de constatação do dano ambiental .....	83
18. Sentença penal condenatória .....	84
Bibliografia .....	85

### Capítulo III

#### Da aplicação da pena – 2ª parte

#### Da aplicação da pena às pessoas jurídicas (arts. 21 a 24)

Alamiro Velludo Salvador Netto, 87

1. Considerações gerais acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	89
2. A responsabilidade penal da pessoa jurídica na Lei 9.605/98 .....	97
3. Da aplicação das penas às pessoas jurídicas.....	100
4. Referências bibliográficas.....	109

### Capítulo IV

#### Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime (art. 25)

Cristiano Avila Maronna, 111

### Capítulo V

#### Da ação e do processo penal (arts. 26 a 28)

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, 121

Art. 26 – Vetado .....	123
1. Considerações gerais .....	123

2. Particularidades.....	125
3. Exceção .....	126
4. Competência.....	127
Art. 27 .....	127
1. Considerações gerais .....	128
2. Conceito de crime ambiental de menor – potencial ofensivo....	131
3. O procedimento inerente à transação penal .....	132
4. Conceito de dano ambiental .....	132
5. A reparação do dano ambiental.....	133
6. Requisitos gerais para a transação penal.....	134
7. A reparação do dano ambiental como requisito específico para a formulação da proposta de transação penal .....	135
8. Conseqüências.....	138
9. Espécies de pena restritiva de direitos cabíveis e multa .....	140
Art. 28 .....	140
1. Considerações gerais .....	141
2. Requisitos gerais .....	143
3. Requisitos específicos .....	144
4. Procedimento .....	145

## Capítulo VI

### Dos crimes contra o meio ambiente

#### Seção I – dos crimes contra a fauna (arts. 29 a 37)

Renato de Mello Jorge Silveira, 147

## Capítulo VII

### Dos crimes contra o meio ambiente

#### Seção II – Dos crimes contra a flora (arts. 38 a 53)

Luis Marcelo Mileo Theodoro, 179

Considerações gerais.....	181
Art. 38 .....	182
1. Objetividade jurídica.....	182
2. Sujeitos do crime.....	183
3. Tipo penal.....	183

4. Objeto material.....	184
5. Elemento subjetivo.....	185
6. Consumação e tentativa.....	185
7. Penas e ação penal.....	186
8. Competência.....	186
Art. 39.....	187
1. Objetividade jurídica.....	187
2. Sujeitos do crime.....	187
3. Tipo penal.....	187
4. Objeto material.....	188
5. Elemento normativo.....	188
6. Elemento subjetivo.....	188
7. Consumação e tentativa.....	189
8. Penas e ação penal.....	189
9. Competência.....	189
Art. 40.....	190
1. Considerações Gerais.....	190
2. Objetividade jurídica.....	191
3. Sujeitos do crime.....	191
4. Tipo penal.....	192
5. Objeto material.....	192
6. Elemento subjetivo.....	195
7. Consumação e tentativa.....	195
8. Penas, causa de aumento de pena e ação penal.....	196
Art. 40-A- Vetado.....	196
1. Considerações gerais.....	197
2. Parágrafo 1º – Unidades de Conservação de Uso Sustentável... ..	198
3. Parágrafo 2º – Causa aumento de pena.....	203
4. Parágrafo 3º – Conduta culposa.....	203
Art. 41.....	203
1. Objetividade jurídica.....	203
2. Sujeitos do crime.....	204
3. Tipo penal.....	204
4. Objeto material.....	205
5. Elemento subjetivo.....	205
6. Consumação e tentativa.....	205
7. Penas, ação penal e competência.....	206

Art. 42 .....	206
1. Objetividade jurídica.....	207
2. Sujeitos do crime.....	207
3. Tipo penal.....	208
4. Objeto material.....	208
5. Elemento subjetivo.....	208
6. Consumação e tentativa .....	209
7. Penas e ação penal.....	209
Art. 43 – Vetado .....	209
Art. 44 .....	210
1. Objetividade jurídica.....	210
2. Sujeitos do crime.....	210
3. Tipo penal.....	211
4. Objeto material.....	211
5. Elemento subjetivo.....	211
6. Consumação e tentativa .....	212
7. Penas e ação penal.....	212
Art. 45 .....	212
1. Objetividade jurídica.....	213
2. Sujeitos do crime.....	213
3. Tipo penal.....	213
4. Objeto material.....	214
5. Elemento subjetivo.....	214
6. Consumação e tentativa .....	214
7. Penas e ação penal.....	214
Art. 46 .....	215
1. Objetividade jurídica.....	215
2. Sujeitos do crime.....	216
3. Tipo penal.....	216
4. Objeto material.....	216
5. Elemento normativo .....	217
6. Elemento subjetivo.....	217
7. Consumação e tentativa .....	218
8. Penas e ação penal.....	218
Art. 47 - Vetado .....	218
Art. 48 .....	219
1. Objetividade jurídica.....	219

2. Sujeitos do crime.....	219
3. Tipo penal.....	219
4. Objeto material.....	220
5. Elemento subjetivo.....	220
6. Consumação e tentativa .....	220
7. Penas e ação penal.....	221
Art. 49 .....	221
1. Objetividade jurídica.....	221
2. Sujeitos do crime.....	222
3. Tipo penal.....	222
4. Objeto material.....	223
5. Elemento subjetivo.....	223
6. Consumação e tentativa .....	223
7. Penas e ação penal.....	224
Art. 50 .....	224
1. Objetividade jurídica.....	225
2. Sujeitos do crime.....	225
3. Tipo penal.....	225
4. Objeto material.....	226
5. Elemento subjetivo.....	226
6. Consumação e tentativa .....	227
7. Penas e ação penal.....	227
Art. 50-A .....	228
1. Objetividade jurídica.....	228
2. Sujeitos do crime.....	228
3. Tipo penal.....	229
4. Objeto material.....	229
5. Elemento subjetivo.....	230
6. Consumação e tentativa .....	230
7. Penas, ação penal e competência .....	231
Art. 51 .....	231
1. Objetividade jurídica.....	231
2. Sujeitos do crime.....	232
3. Tipo penal.....	232
4. Objeto material.....	232
5. Elemento subjetivo .....	233
6. Consumação e tentativa .....	233

7. Penas e ação penal.....	233
Art. 52 .....	234
1. Objetividade jurídica.....	234
2. Sujeitos do crime.....	234
3. Tipo penal.....	234
4. Objeto material.....	235
5. Elemento subjetivo .....	235
6. Consumação e tentativa .....	236
7. Penas, ação penal e competência .....	236
Art. 53 .....	236
Bibliografia .....	239

## Capítulo VIII

### Dos crimes contra o meio ambiente

#### Seção III – Da poluição e outros crimes ambientais (arts. 54 a 61)

Eduardo Reale Ferrari & Helena Regina Lobo da Costa, 241

Art. 54 .....	243
Bem jurídico .....	244
Os sujeitos do delito.....	246
Tipicidade objetiva e subjetiva .....	248
A licitude na esfera administrativa como excludente da antijuridicidade .....	255
Formas qualificadas.....	258
Breves notas sobre a não adoção de medidas exigidas pela autoridade competente.....	259
Art. 55 .....	260
O bem jurídico-penal.....	260
Os sujeitos do delito.....	261
Tipicidade objetiva e subjetiva .....	261
Art. 56 .....	262
O bem jurídico-penal.....	263
Os sujeitos do delito.....	263
Tipicidade objetiva e subjetiva .....	263
Art. 57 – Vetado .....	265
Art. 58 .....	265
Art. 59 – Vetado .....	265

Art. 60 .....	265
Bem jurídico .....	266
Os sujeitos do delito.....	266
Tipicidade.....	266
Art. 61 .....	269

## Capítulo IX

### Dos crimes contra o meio ambiente

#### Seção iv – Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (arts. 62 a 65)

Luciano Anderson de Souza, 271

Introdução .....	273
Art. 62 .....	276
1. Considerações iniciais .....	276
2. Classificação.....	276
3. Objetividade jurídica.....	277
4. Tipo objetivo.....	277
5. Normal penal em branco.....	279
6. Tipo subjetivo .....	279
7. Sujeitos do delito.....	280
8. Consumação e tentativa .....	280
9. Concurso de agentes .....	280
10. Ação penal .....	280
11. Jurisprudência .....	282
Art. 63 .....	283
1. Considerações iniciais .....	283
2. Classificação.....	284
3. Objetividade jurídica.....	284
4. Tipo objetivo.....	284
5. Tipo subjetivo .....	286
6. Sujeitos do delito.....	286
7. Consumação e tentativa .....	286
8. Princípio da insignificância .....	287
9. Ação penal .....	287
Art. 64 .....	287



1. Considerações iniciais .....	288
2. Classificação .....	288
3. Objetividade jurídica .....	288
4. Tipo objetivo .....	289
5. Norma penal em branco .....	290
6. Tipo subjetivo .....	290
7. Sujeitos do delito .....	290
8. Consumação e tentativa .....	290
9. Ação penal .....	291
Art. 65 .....	291
1. Considerações iniciais .....	291
2. Classificação .....	292
3. Objetividade jurídica .....	292
4. Tipo objetivo .....	293
5. Tipo subjetivo .....	293
6. Sujeitos do delito .....	294
7. Consumação e tentativa .....	294
8. Ação penal .....	294
9. Jurisprudência dos crimes contra o meio ambiente .....	295

## Capítulo X

### Dos crimes contra o meio ambiente

#### Seção V – Dos crimes contra a administração ambiental (arts. 66 a 69)

Davi de Paiva Costa Tangerino, 297

1. Considerações iniciais .....	299
2. Dos crimes em espécie .....	302
2.1. Bem jurídico .....	302
2.2. Penas .....	303
2.3. Tipicidade .....	306
2.3.1. Artigo 66 .....	306
2.3.2. Artigo 67 .....	310
2.3.3. Artigo 68 .....	314
2.3.4. Artigo 69 .....	316
3. Bibliografia .....	321

**Capítulo XI**  
**Da infração administrativa (arts. 70 a 76)**  
Geraldo Ferreira Lanfredi, 323

I. Abordagem histórica da problemática ambiental .....	328
a) Ordenações Afonsinas .....	329
b) Ordenações Manuelinas .....	330
c) Ordenações Filipinas .....	330
d) Período do Império.....	331
e) Período Republicano.....	332
f) O meio ambiente no âmbito da legislação ordinária.....	332
g) Execução da Política Ambiental pelos órgãos responsáveis.....	334
II – Conceituações preliminares da matéria sobre infrações administrativas ambientais .....	335
III. Exame específico das infrações administrativas .....	338
1. Definição da infração administrativa (LCA, art. 70) .....	338
2. A quem compete apurar a infração ambiental.....	340
2.1. Direito de petição .....	340
2.2. Apuração <i>ex officio</i> .....	341
2.3. Processo administrativo, ampla defesa e contraditório .....	341
3. Prazos no processo administrativo para apuração da infração ambiental (LCA, art. 71) .....	341
3.1. Regras para a apuração de infração ambiental.....	342
3.2. Auto de infração.....	343
3.3. Apresentação da defesa .....	343
3.4. Julgamento do Auto de Infração .....	343
3.5. Recurso da decisão condenatória.....	344
3.6. Pagamento de multa.....	345
4. Sanções por infrações administrativas ambientais (LCA, art. 72) ...	345
4.1. Advertência .....	347
4.2. Multa simples.....	347
4.3. Multa diária .....	348
4.4. Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração, bem como destruição ou inutilização dos produtos.....	348
4.5. Suspensão de venda e fabricação de produto.....	349

4.6. Embargo de obra ou atividade .....	349
4.7. Demolição de obra .....	350
4.8. Suspensão parcial ou total das atividades .....	350
4.9. Sanções restritivas de direitos.....	350
4.10. Reparação dos danos causados .....	350
5. Destinação dos valores arrecadados para um fundo específico (LCA, art. 73) .....	350
6. Unidades de medida da multa (LCA, art. 74) .....	351
7. Valoração da multa (LCA, art. 75).....	351
8. Não se deve punir em duplicidade por uma mesma infração (LCA, art. 76).....	352

## Capítulo XII

### Da cooperação internacional para defesa do meio ambiente (arts. 77 e 78)

Antonio Rulli Júnior, 353

1. Introdução .....	356
2. Preservação do Meio Ambiente.....	357
3. O Princípio de Cooperação Internacional para a Proteção do Meio Ambiente .....	359
4. Responsabilidade e Reparação dos Danos Ambientais .....	363
5. Artigos 77 e 78 da Lei 9.605/98.....	366
6. Meio Ambiente e Cidadania .....	367
7. Conclusão .....	368
8. Bibliografia .....	369

## Capítulo XIII

### Disposições finais (arts. 79 a 82)

Nelson Lacava Filho, 371

1. Relevância penal .....	374
2. Legitimidade .....	376
Bibliografia .....	384